



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0141079-78.2020.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
ASSUNTO : Impugnação ao edital do Pregão nº 42/2021.

PARECER nº 717 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas, para emissão de parecer acerca da impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 42/2021, que tem por objeto a contratação de "serviço de manutenção de elevadores para transporte vertical de passageiros, existentes nos Anexos II e III que integram o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços urgentes".

2. A empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA se insurge contra a reserva do certame para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), alegando (doc. nº 1791222): *a)* o objeto da licitação corresponde a segmento do mercado em que as marcas tradicionais, em sua maioria, não são microempresas ou empresas de pequeno porte; *b)* as empresas enquadradas como ME/EPP "são somente revendedoras de produtos diversos", o que onera a contratação, posto que agregarão em seus preços "custos diversos, tributos, transporte e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda"; *c)* a exclusividade para a participação de ME/EPP poderá levar à "frustração do certame", vez que há, pelas suas palavras, "risco de não conseguir fornecer as peças necessárias ao melhor funcionamento e prolongamento da vida útil dos equipamentos pelo preço estimado de referência".

2.1. Discorre, ainda, acerca dos dispositivos legais que indicam não ser absoluta a restrição vista na LC nº 123/2006 (art. 49), argumentando, em síntese, que a hipossuficiência das ME/EPP não pode prevalecer frente ao interesse público, cabendo à Administração sopesar princípios, a fim de definir-se na busca da proposta que lhe seja efetivamente mais vantajosa.

3. Por meio do doc. nº. 1795060, o Pregoeiro manifesta-se pelo indeferimento do pleito, ressaltando a pesquisa empreendida pela Seção de Análise e Aquisições (doc. nº 1410521), na qual "resta sobejamente comprovada a existência de diversas empresas que atuam nesse segmento aqui no estado da Bahia, razão essa o suficiente para espantar a alegação da empresa impugnante".

É o breve Relatório.

4. Assim prescreve a Lei Complementar nº 123/2006:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000.00 (oitenta mil reais);

(...)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

4.1. Nesse contexto, cumpre lembrar que, objetivando cumprir os ditames insculpidos nos arts. 170, IX, e 179 da Constituição da República, editou-se a Lei Complementar n. 123/2006, e, dentre outras disposições, estabeleceu-se ali privilégios às micro e pequenas empresas no âmbito das contratações públicas. De acordo com o Professor Luciano Ferraz ^[1]:

“O tratamento diferenciado concedido às ME e EPP visou incentivar o desenvolvimento econômico, como foco da geração de emprego, na distribuição de renda e na ampliação da arrecadação estatal: a norma jurídica é utilizada justamente com o intuito de fomentar a criação de empresas dessa natureza, como verdadeiro mecanismo de indução e de desenvolvimento desse importante extrato da economia nacional (função regulatória da licitação).”

4.2. A regra, portanto, é que as licitações cujo valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) sejam destinadas exclusivamente às ME e EPP. As hipóteses delineadas no art. 49 da LC n. 123/2006, por excepcionarem tal mandamento, devem ser robustamente motivadas pela Administração. Acerca do tema, compete transcrever excertos de artigo publicado na Revista do Tribunal de Contas da União, de autoria de Jessé Torres Pereira Júnior e Marinês Restelatto Dotti ^[2]:

“Pode-se dizer que os tribunais de contas, chamados a interpretar divergências quanto à aplicação das normas da Lei Complementar n. 123/2006 e seus regulamentos, vêm estabelecendo que o privilégio é a regra, somente afastável nas situações de exceção legalmente previstas, e que, como toda exceção, hão de ser juridicamente interpretadas de modo estrito.

(...)

Em outras palavras, a regra é a exclusividade, quando se cuidar de licitação de valor em até R\$ 80.000,00 - assim se interpreta o ‘dever’ posto no decreto -, mas há exceções, desde que fundadas em motivos relevantes, que cumpre à Administração evidenciar em cada caso.”

4.3. No caso sob análise, a decisão administrativa pelo enquadramento do certame no art. 48, I, amparou-se nos dados coletados pela SEAQUI, que levaram à conclusão de que o rol de empresas enquadradas como ME/EPP, aptas a contratar com o setor público, era significativo, de modo que a destinação do certame somente a tais empresas melhor atenderia aos ditames legais.

5. Em que pese alguma lógica nas argumentações da Impugnante, julgamos que as razões ali traçadas não se mostram suficientes para afastar a regra da LC nº. 123/2006. Com efeito, a lista de empresas ME/EPP atuando no segmento, localizadas pela SEAQUI, revela, ao menos em tese, uma real chance de estabelecer-se ampla competitividade no certame, fato que, como regra, implica na oferta de melhores preços para a Administração.

5.1. Ademais, quanto ao fato suscitado pela TK ELEVADORES BRASUL LTDA, de que os melhores preços são aqueles praticados pelas "grandes empresas", vale lembrar que as propostas terão que obedecer ao valor máximo estimado pela Administração, portanto, será desclassificada a proposta que, ao final, não esteja adequada à prévia precificação deste Órgão. Ou seja, o objeto somente poderá ser adjudicado se respeitado o valor máximo estabelecido para a licitação.

5.2. Em derradeiro, oportuno enfatizar que caso o certame não logre êxito, seja por não terem acudido interessados enquadrados como ME/EPP, seja pela oferta de preços excessivos, caberá a repetição do procedimento. Restando configurada tal situação, existirá embasamento para a abertura da licitação à ampla concorrência.

6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação, devendo ser mantida a exclusividade das empresas enquadradas como ME/EPP no Pregão nº 42/2021 e, conseqüentemente, mantidas no ato convocatório todas as condições neste sentido.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

[1] FERRAZ, Luciano. *A participação de pequenas empresas em licitações e a análise das cortes de contas*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-set-20/interesse-publico-pequenas-empresas-licitacoes-analise-cortes-contas>>. Acesso em: 20 mar 2020.

[2] PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres e DOTTI, Marinês Restelatto. *As licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte: regra e exceções*. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view>>. Acesso em: 19 mar 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 13/12/2021, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1800318** e o código CRC **9C337AEC**.